

Foro privilegiado, corruptos e corruptores

Luiz Carlos Borges da Silveira (*)

Abordo dois temas correlatos, o alcance do foro privilegiado e a 'indústria' da corrupção instalada e arraigada no país, com nefastos efeitos na política e na administração pública

A correlação está justamente no fato de que a busca pela proteção concedida pelo foro liga-se basicamente a envolvidos em corrupção, raramente a delito político ou administrativo, escopo do foro por prerrogativa de função. Corrupção é crime comum, matéria do Direito Penal, não do Direito Administrativo, ainda que haja correlação.

Quanto ao foro privilegiado, instituto visto como proteção casuística a políticos e agentes públicos, o STF acaba de tomar decisão restringindo o alcance desse benefício. Em resumo, exclui senadores e deputados federais. Não era bem isso que a sociedade almejava, tanto que no dia em que a Suprema Corte retomou o julgamento da questão foi publicada pesquisa do Ibope revelando que 78% dos brasileiros querem o fim do foro privilegiado.

Entendo que a posição tomada, mesmo que não seja a ideal, é um passo à frente porque coloca o tema no foco da discussão e, principalmente, abre a possibilidade de votação de projetos apresentados e não prosperados no Congresso exatamente pelo espírito corporativo. Afinal, seria ingenuidade pensar que parlamentares fossem aprovar lei acabando com seus próprios privilégios. Agora, já que perderam o benefício, nada mais há porque lutar e podem rever a questão, ampliando seu alcance, como a proposta apresentada pelo senador paranaense Álvaro Dias, aprovada no Senado e 'engavetada' na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Corruptos e corruptores – Por mais irônico que pareça, a corrupção é assemelhada ao tráfico de drogas e idêntica também a discussão sobre o combate: não havendo uma ponta a outra tende a desaparecer. Este mal, a corrupção, não grassa apenas em nosso país, porém, aqui se tornou endêmico e nas últimas décadas transformou-se em epidemia a ponto de não mais preocupar. Corrupção, ou favorecimento no âmbito dos governos passou a ser visto como mal necessário. Foi com a Operação Lava Jato que os brasileiros tiveram consciência do tamanho do problema e de sua incrível engenhosidade operacional.

Depois disso, o combate focou uma parte do problema e o ataque se concentrou mais no efeito do que na causa; não que seja o método errado, mas certamente ineficaz para debelar ou ao menos reduzir o problema. É sabido que não existirá o corrupto se inexistir o corruptor, é elementar...

Sabidamente, a maior parte dos atos de corrupção vem das empresas, das grandes e organizadas corporações que tomaram de assalto o estado brasileiro, evidentemente, com a conivência e associação a maus políticos, desonestos gestores públicos e dirigentes de estatais e organismos governamentais. Porém, só temos, via de regra, foco nos corruptos, deixando de lado os corruptores – com algumas exceções agora na Lava Jato.

Portanto, é sabido que para prosperar a corrupção é obrigatória a existência dessas duas partes, a que corrompe e a que se deixa corromper, sendo primário o raciocínio de que enquanto houver corruptores

haverá corruptos dispostos a delinquir em prejuízo do estado minando recursos que poderiam estar sendo empregados em favor da população, notoriamente carente em assistência governamental.

Um diretor da Petrobras, estatal mais prejudicada pelo esquema, afirmou em depoimento à autoridade judicial que "Não existe doação de campanha. São empréstimos a serem cobrados posteriormente, com juros altos, dos beneficiários das contribuições quando no exercício do cargo."

Cabe aqui uma indagação simples: seria possível a existência de um corrupto sem a parceria com um corruptor? A resposta óbvia é 'não' e qualquer pessoa de bom senso e razoavelmente informada sabe que a corrupção ocorre porque dela participa ativamente um interessado em obter vantagem ilícita, ou eliminando previamente eventuais concorrentes numa licitação, ou realizando menos do que o contratado ou, ainda, utilizando material inferior para aumento de seus ganhos.

E não é raro que as pessoas mais atentas e informadas não tenham qualquer dúvida quanto à ação corruptora de uma empresa interessada, a qual, quando se trata de uma grande obra, com frequência é uma empresa de grande porte. E os agentes dessa corrupção, os que, valendo-se de seu poder econômico ou de sua influência política, envolveram servidores em práticas de corrupção, esses até agora ficaram ocultos e impunes, apesar de causarem prejuízos, às vezes muito graves, ao interesse público.

A razoabilidade nos indica que devemos ter agentes públicos honestos, devemos, da mesma forma, termos dirigentes empresariais igualmente corretos. Ou seja, espera-se a fiscalização das empresas que se relacionam com o governo na prestação de serviços. Recentemente o governo editou normas para combater a corrupção em seu meio, porque, evidentemente não pode ditar normas dessa natureza ao setor empresarial.

Então, cabe ao sistema empresarial ditar normas de boa conduta a gerentes e diretores de organizações, ou seja, cabe às entidades fiscalizar a ação das corporações. Exemplificando: um médico tem sua atuação profissional fiscalizada pelo Conselho Regional de Medicina, assim como o advogado está subordinado à OAB. Portanto, devem as Federações e Confederações o exercício dessa norma, desde que estejam realmente interessadas, posto que banir práticas ilícitas, como a corrupção, é um dever nacional. Tais entidades, que por essência são fiscalizadoras, têm o dever de zelar pela conduta de seus filiados.

Fazer sua parte para sanear o Brasil é dever de todos e, principalmente dessas entidades. Têm elas o poder de impor sanções a empresas e seus dirigentes quando pegos em ilícitos – no caso a corrupção de agentes públicos. A Federação pode, cautelarmente, impedir sua filiada de participar de atos que resultarão em contratos com governos, desde que tenha esta sido envolvida em falcaturas – esse é o termo – contratuais. Seria, em termos, a aplicação da 'ficha suja' a empresas e/ou seus dirigentes.

Repito, combater a corrupção é obrigação geral. Assim como a Polícia Federal, o Ministério Público e o Judiciário deve também o empresariado colaborar.

(*) - É empresário, médico e professor. Foi Ministro da Saúde e Deputado Federal.

Lotéricos e Caixa fazem acordo sobre remuneração bancária

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, comemorou o acordo fechado entre a Caixa e a Federação Brasileira das Empresas Lotéricas (Febralot)

O acordo permite o reajuste dos valores pagos pela instituição bancária aos permissionários lotéricos no recebimento de boletos, faturas de concessionárias de serviço público e outros convênios. O termo de compromisso entre os presidentes da Caixa, Nelson Antônio de Souza, e da Febralot, Jodismar Amaro, foi assinado no gabinete da presidência ontem (29). "Saída negociada não tem perdedor, saída negociada só tem vencedor", afirmou o presidente do Senado.

Eunício vem intermediando o entendimento entre as partes desde que o projeto que trata do reajuste chegou ao Senado em fevereiro. Também participaram das negociações os autores da matéria, deputados Luiz Carlos Haully (PSDB-PR) e Goulart (PSD-SP); o relator e líder do governo no Senado, senador Romero Jucá (MDB-RR); e o vice-líder do governo na Câmara, Beto Mansur (MDB-SP). "O acordo foi o maior avanço que a categoria já teve nesses últimos 40 anos, principalmente por ter estabelecido uma



"Saída negociada não tem perdedor, saída negociada só tem vencedor", afirmou o presidente do Senado.

data-base. Nós precisávamos. Todos os contratos, no Brasil, têm uma data em que ele tem que ser revisto e reajustado, o nosso não tinha", falou Jodismar Amaro. Para o presidente da Caixa, o maior beneficiado com o acordo vai ser a própria sociedade brasileira. Segundo ele, 13 mil casas lotéricas aten-

dem 120 milhões de pessoas pelo país e fazem a diferença principalmente nos municípios onde a casa lotérica representa o único banco disponível em um raio de quilômetros.

"Dá conforto ao povo brasileiro. Então, é importante, no dia como hoje, nós estamos assinando e celebrando um

acordo que foi produto de um entendimento, de um bom senso, de uma sensibilidade tanto da Febralot, como da Caixa, da Febraban, mas especialmente, do Congresso Nacional, do Senado, na pessoa do presidente Eunício, nos autores do projeto", declarou Nelson de Souza (Ag.Senado).

Congresso deve agir com rapidez para solucionar crise

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem (29) que o Congresso deve agir com rapidez para ajudar a solucionar a greve dos caminhoneiros. Ele informou ter entrado em contato com líderes do movimento no Rio Grande do Sul, dos quais ouviu várias demandas, inclusive a de que o preço mínimo do frete sofra um reajuste cada vez que o diesel aumentar.

Para o parlamentar, o Senado deve aperfeiçoar as medidas provisórias 831, 832 e 833, editadas pelo governo em reação às exigências dos grevistas. E ressaltou que o papel do Poder Legislativo não é o de aprovar automaticamente o que vem do Poder Executivo. "Quando vem uma medida de lá pra cá ela não vem perfeita e nós podemos muito bem, ouvindo os segmentos, nessas três medidas provisórias, buscar o grande acordo, a grande concertação a nível nacional", disse Paim (Ag.Senado).

Operação Pente-fino economizará R\$ 20 bilhões

As operações do tipo pente-fino feitas pelo governo federal nos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez, resultarão em uma economia de R\$ 20 bilhões para os cofres públicos até 2019. Desde o início do ano, as medidas já resultaram em uma economia de R\$ 4 bilhões apenas com o auxílio-doença, valor que chegará a R\$ 15 bilhões até o fim do ano, disse o ministro do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrame.

No caso da aposentadoria por invalidez, a redução de gastos é mais lenta porque a pessoa continua recebendo os benefícios por um ano e meio, contados a partir da constatação de que já se recuperou do problema que motivou a aposentadoria. "Com o pente-fino que estamos implementando nas aposentadorias por invalidez, vamos economizar R\$ 5 bilhões até o final de 2018", disse ontem (29) o ministro, após participar das gravações



Só com auxílio-doença, economia deve chegar a R\$ 15 bilhões até o fim do ano, diz o ministro Alberto Beltrame.

do 'Por Dentro do Governo', programa que será veiculado pela TV NBR hoje (30), às 8h. Beltrame comentou o pente-fino feito no Bolsa Família e nos demais Benefícios de Prestação Continuada. Falou também sobre as expectativas com o Criança Feliz, programa que prevê uma série de atividades de estimulação precoce a serem feitas nos primeiros mil dias do recém-nascido. "Estudos mostram que, quando isso aconte-

ce, são maiores as chances de as crianças chegarem à idade escolar com melhor desenvolvimento. O resultado são crianças com sistemas cognitivos melhores, maior capacidade de aprendizado e melhores condições para o mercado de trabalho", disse o ministro. Segundo Beltrame, a ideia é chegar ao fim do ano com pelo menos 700 mil crianças atendidas pelo Criança Feliz (ABR).

Crise extrapola abastecimento e atinge direitos fundamentais



Procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou ontem (29) que a paralisação de caminhoneiros não tem somente como consequência uma crise de abastecimento, mas "já atinge direitos fundamentais no país". Raquel fez as declarações durante sessão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), presidido por ela, em que destacou que o MP "não fechou as portas" e mantém funcionamento regular.

A procuradora comunicou aos conselheiros do CNMP a criação de um comitê de acompanhamento das consequências da paralisação, instituído por ela via portaria publicada na última sexta-feira (25). Segundo ela, o MP "está atento" a abusos decorrentes da paralisação. "É certo que há o direito à greve que há o direito ao protesto e à reivindicação,

mas também há uma responsabilidade de um abuso da situação, que possa resultar em prejuízo a indivíduos, ao público e à sociedade, notadamente na área de serviços públicos e de utilidade pública".

A PGR, no entanto, não detalhou se alguma providência já foi tomada no sentido de processar eventuais responsáveis por tais abusos. Ela destacou que a prioridade de atuação tem sido identificar cargas de materiais hospitalares e orientar as forças de segurança para que façam a escolta desses carregamentos até o destino. Raquel também cobrou que os membros do MP trabalhem para fazer valer a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF, que na última sexta-feira determinou o desbloqueio de vias sob pena de multas de até R\$ 100 mil por hora a quem desobedecer (ABR).

Greve dos caminhoneiros abre espaço para oportunistas

O senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) disse que a greve dos caminhoneiros, além de bloquear estradas, impedir a entrega de mercadorias e gerar desabastecimento, abre espaço para oportunistas que promovem abusivamente o aumento no preço dos combustíveis.

"Esses aproveitadores são aqueles que mais querem aparecer em redes criticando políticos e governos, querem aproveitar o momento de dificuldade. Aproveitar e aumentar o preço dos produtos é pior que qualquer coisa, é deficiência de caráter muito grande".

Lopes afirmou que os caminhoneiros sofrem com o alto custo do óleo diesel e pedágios, mas defendeu punição e multa para os donos de postos de combustíveis que promovem o aumento dos preços durante a crise. O senador afirmou que a escassez de combustíveis já provocou o aumento no preço da batata, cenoura, morango e folhagens nas feiras e mercados, onde muitos produtos já estão esgotados.

Os carregamentos retidos ao longo das rodovias estão se deteriorando no baú dos caminhões, embora os veículos com carga vivam estejam transitando, afirmou. "A retirada de subsídios e a isenção de pedá-



Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ).

gios são soluções frágeis pelas quais alguém vai ter que pagar. O governo ainda não tratou da questão da gasolina e do gás de cozinha. Qual o lucro real da Petrobras? É esse assunto que nós também temos aqui que tocar. Não adiantam medidas paliativas, tocar a bola para frente. Precisamos sair dessa situação e parar de dar soluções provisórias aos problemas; agir de forma preventiva para evitar crises, e não apenas lidar com elas quando aparecem", defendeu (Ag.Senado).